

**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO E COMISSÃO ORGANIZADORA DE LICITAÇÕES DA
ITAIPU BINACIONAL – ESTADO DO PARANÁ**

CDC. NF 1108-25

Pregão Eletrônico n. 90063/2025

VERTICALL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 07.328.744/0001-89, com sede e estabelecimento comercial na Rua Leodato Fernandes, n. 101, Sala 03, bairro Alto São Francisco, Polo Centro, município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85.863-768, representada neste ato por seu sócio administrador o Sr. Jaimilson Kalb, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 038.788.069-06, endereço profissional acima descrito, vem, respeitosamente, perante o Ilustríssimo Pregoeiro e Comissão Organizadora, em atenção aos princípios da competitividade e melhor preço ao ente público, nos termos artigo 164 da Lei nº 14.133/2021 e no item 2.23 do Caderno de Bases e Condições, apresentar a devida **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, ante a flagrante restrição à competitividade quando da exigência descrita no item 1.4.2, alínea “e” e seguinte, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes de se adentrar no cerne da questão, Ilmo. Pregoeiro, importante tecer alguns comentários sobre este impugnante trabalho para com o ente em questão.

A empresa impugnante mantém relação contratual com a ITAIPU desde o ano de 2005, participando ativamente de sucessivas contratações e contribuindo de forma contínua para a execução de serviços essenciais.



RUA LEODORO FERNANDES, 101, LOJA 3, ALTO SÃO FRANCISCO - FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ
CEP: 85863-768 FONE: (45) 3028-7068, (45) 3028-0607
VERTICALLINFORMATICA.COM.BR | VERTICALLSTORE.COM.BR

Ao longo de quase duas décadas de parceria, consolidou sua atuação no fornecimento regular e eficiente dos objetos licitados, acompanhando de perto o crescimento e a evolução da própria ITAIPU em seu setor.

Nesse período, a empresa sempre desempenhou suas obrigações de forma diligente, jamais tendo sofrido a aplicação de multas ou penalidades administrativas, evidenciando a lisura e o comprometimento de sua conduta contratual. Cada solicitação da ITAIPU foi prontamente atendida, dentro dos prazos e padrões de qualidade exigidos, revelando a seriedade com que encara os ajustes celebrados.

Tal histórico demonstra não apenas a idoneidade e capacidade técnica da impugnante, mas também a sua condição de parceira confiável, que ao longo dos anos se destacou em processos de compras públicas justamente por reunir os atributos necessários à prestação de serviços de excelência.

É por essa trajetória, pautada na confiança mútua e no respeito às normas contratuais, que a empresa vem, com a devida vênia, apresentar a presente impugnação.

Seguimos ao cerne da questão.

2. TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, uma vez que o item 2.23.1 do Caderno de Bases e Condições prevê que “até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar este CDC”.

Considerando que a sessão pública está agendada para o dia 02/09/2025, com recebimento das propostas até às 9h da mesma data (item 1.3.4), resta claro que o protocolo da presente impugnação se dá dentro do prazo estabelecido pelo próprio edital, devendo, portanto, ser plenamente conhecida e analisada pela Administração.



VertiCall
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA

RUA LEODORO FERNANDES, 101, LOJA 3, ALTO SÃO FRANCISCO - FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ
CEP: 85863-768 FONE: (45) 3028-7068, (45) 3028-0607
VERTICALLINFORMATICA.COM.BR | VERTICALLSTORE.COM.BR

3. SÍNTESE DOS FATOS

Se insurge a impugnação em razão da exigência contida no item 1.4.2, alínea “e” e seguinte do Caderno de Bases e Condições do Pregão Eletrônico Nacional (NF 1108-25), que determina a comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor total do Orçamento Estimado do certame.

A bem da verdade, Ilmo. Pregoeiro e comissão organizadora, é verdadeiro o fato de que tal requisito já constava em editais anteriores, todavia, a presente licitação traz um aumento **substancial** do valor global do contrato, o que, por consequência, eleva de forma desproporcional o montante exigido a título de patrimônio líquido.

Esse cenário inviabiliza a participação de empresas que sempre estiveram presentes nos certames, entre elas a própria impugnante, que desde 2005 vem prestando serviços à ITAIPU de forma regular, eficiente e sem qualquer registro de inadimplemento ou penalidade.

Embora a regra formalmente se repita, na prática ela passou a operar como uma barreira intransponível para empresas idôneas e tecnicamente capacitadas, criando um desequilíbrio na concorrência e reduzindo a competitividade da disputa.

Medidas precisam ser tomadas!

Como dito, a imposição ora combatida, além de destoar do histórico de contratações da própria ITAIPU, cria uma barreira desproporcional à participação, restringindo a competitividade e afastando empresas com plena capacidade técnica e operacional para a execução do objeto.

É justamente contra essa exigência desarrazoada que se volta a presente impugnação, a fim de resguardar o princípio da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, pleiteando a exclusão da exigência ou, **subsidiariamente**, a sua substituição por mecanismos de garantia previstos em lei, como o seguro-garantia, a carta de fiança bancária ou a caução em dinheiro/títulos da dívida pública, alternativas plenamente capazes de atender ao



VertiCall
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA

RUA LEODORO FERNANDES, 101, LOJA 3, ALTO SÃO FRANCISCO - FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ
CEP: 85863-768 FONE: (45) 3028-7068, (45) 3028-0607
VERTICALLINFORMATICA.COM.BR | VERTICALLSTORE.COM.BR

interesse público sem restringir indevidamente a disputa e trazer segurança jurídica para a contratante.

Diante desse contexto, resta evidente que a manutenção da exigência em tais parâmetros afronta a proporcionalidade e compromete a isonomia entre os licitantes, razão pela qual se passa, na sequência, à análise jurídica da questão, à luz da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios que regem as contratações públicas.

4. DIREITO

A insurgência se resume na exigência do edital na apresentação de garantidor do contrato, em outras palavras, que o licitante demonstre patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado do contrato, conforme item 1.4.2, alínea “e”, o que encontra respaldo formal, querendo ou não, no artigo 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

“A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.”

Apesar dessa previsão, se exige atualmente que tais critérios sejam aplicados com observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, disto, diz a mesma lei, que a **comprovação de qualificação econômico-financeira deve se restringir a indispensável execução contratual, sem impor restrições desarrazoadas aos licitantes.**

Doutro norte, o artigo 96 da mesma lei prevê que, quando for necessária garantia, o licitante deve ter a faculdade de escolher entre caução em dinheiro ou títulos públicos, seguro-garantia ou fiança bancária, instrumentos que **efetivamente asseguram o adimplemento sem inviabilizar a participação.**



VertiCall
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA

RUA LEODORO FERNANDES, 101, LOJA 3, ALTO SÃO FRANCISCO - FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ
CEP: 85863-768 FONE: (45) 3028-7068, (45) 3028-0607
VERTICALLINFORMATICA.COM.BR | VERTICALLSTORE.COM.BR

Ambas não se confundem, logicamente, no entanto, apresenta o impugnante alternativa para não restrição de participação, principalmente de seu interesse, haja vista não possuir até o momento tal validação patrimonial, mas cumpre todos os contratos com o ente em questão a mais de 15 anos.

Tal requerimento à competitividade vai de encontro ao que ensina o Tribunal de Contas da União, em entendimento sumular 275, quando consagra as possibilidades do ente na consecução e segurança do contrato.

“Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.”

A vista da leitura, se evidencia que a Administração pode, de fato, exigir qualificação econômico-financeira em seus ditames, no entanto, levando-se a competitividade e o menor preço como preceitos basilares, pode, por certo, eivar o licitante a escolha da qual melhor se encaixe, isto é, trazendo a escolha do licitante a opção pela exigência de capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantia equivalente (seguro-garantia, carta de fiança bancária ou caução em dinheiro/títulos da dívida pública), sem restringir a participação a apenas uma via mais gravosa.

Essa interpretação prestigia a isonomia e a competitividade, assegurando que empresas idôneas e com capacidade técnica comprovada possam participar do certame mediante a modalidade de garantia que melhor compatibilize segurança contratual e viabilidade econômica.

Sob esse contexto, Joel de Menezes Niebuhr¹, em comentários à parte final do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, já apontou o seguinte:

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública. Op. cit. p. 140 –141.



VertiCall
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA

RUA LEODORO FERNANDES, 101, LOJA 3, ALTO SÃO FRANCISCO - FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ
CEP: 85863-768 FONE: (45) 3028-7068, (45) 3028-0607
VERTICALLINFORMATICA.COM.BR | VERTICALLSTORE.COM.BR

“Exalta-se, a essa altura, que as exigências, mesmo que técnicas e econômicas, precisam ser indispensáveis, ou seja, das quais não se pode deixar de dispor, essenciais, indeclináveis à garantia do cumprimento das obrigações. O indispensável não se confunde com o útil ou com o conveniente. Portanto, mesmo que se possa imaginar exigências até certo ponto interessantes para se precisar se o interessado tem ou não condições de cumprir o contrato, elas não podem ser feitas, salvo se realmente forem - de maneira compatível com a Constituição - indispensáveis.

O constituinte buscou franquear amplo acesso aos interessados na licitação pública, universalizando a competição. Entretanto, a licitação pública é um processo de escolha de futuro contratante, pelo qual a Administração Pública deve analisar se os pretendentes têm efetivas condições de cumprir o contrato. Sucede que isso não é o bastante para transmutar a licitação pública em gincana de documentos e formalidades disparatadas. Deve-se exigir documentos e tudo quanto for pertinente à qualificação técnica e econômica, porém somente no tocante ao indispensável à garantia do cumprimento do futuro contrato. O que fugir desta raia é inconstitucional.”

De acordo com a lição de Marçal Justen Filho², as três possibilidades indicadas “seriam consideradas como equivalentes”, o que significa “que o particular poderia comprovar sua capacitação econômico-financeira por uma de três vias”, ao seu arbítrio. Assim, o doutrinador esclarece que, o “interessado poderia, inclusive, impugnar a cláusula editalícia que não previsse a possibilidade da aplicação da alternatividade”.

Assim, a fim de privilegiar a ampla competitividade, evitando direcionamento, mas resguardando a própria Administração, é possível admitir que as empresas que não atingirem a comprovação de índices contábeis possam demonstrar sua capacidade também por outros meios.

² Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos / Marçal Justen Filho. -- 3. ed. -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019., RL-1.9



VertiCall
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA

RUA LEODORO FERNANDES, 101, LOJA 3, ALTO SÃO FRANCISCO - FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ
CEP: 85863-768 FONE: (45) 3028-7068, (45) 3028-0607
VERTICALLINFORMATICA.COM.BR | VERTICALLSTORE.COM.BR

Isso porque, considerando que a licitação assegura o princípio constitucional da isonomia e visa a selecionar a proposta mais vantajosa à administração, as normas disciplinadoras das licitações devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, possibilitando que o maior número possível de licitantes participe do processo de licitação.

Assim sendo, conclui-se que, ainda que haja previsão legal para exigir patrimônio líquido, a sua aplicação isolada – especialmente diante do expressivo aumento no valor estimado – provoca barreira material à participação de empresas idôneas e competentes, motivo pelo qual, pugna-se pela preservação do interesse público, requerendo-se, pois, que o edital, de forma alternativa, tenha previsto a substituição do que se trata por garantia contratual.

5. PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

- a) O recebimento da presente Impugnação ao edital, haja vista sua tempestividade;
- b) A retirada da exigência rígida de patrimônio líquido de 10%, por afronta aos princípios da competitividade e isonomia, consagrados constitucionalmente e pela Lei nº 14.133/21;
- c) Alternativamente, que seja admitida a opção por instrumentos substitutos, como caução, seguro-garantia ou fiança bancária, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/21 e entendimento da súmula 275 do Tribunal de Contas da União, dando-se alternativas ao licitante;
- d) A republicação do edital com a devida retificação, de modo a restabelecer a ampla competitividade e a isonomia entre os licitantes.



VertiCall
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA

RUA LEODORO FERNANDES, 101, LOJA 3, ALTO SÃO FRANCISCO - FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ
CEP: 85863-768 FONE: (45) 3028-7068, (45) 3028-0607
VERTICALLINFORMATICA.COM.BR | VERTICALLSTORE.COM.BR

Nestes termos espera,

E aguarda deferimento.

Foz do Iguaçu/PR, 26 de agosto de 2025.

JAIMILSON KALB
SÓCIO ADMINISTRADOR



VertiCall

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA

RUA LEODORO FERNANDES, 101, LOJA 3, ALTO SÃO FRANCISCO - FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ

CEP: 85863-768

FONE: (45) 3028-7068, (45) 3028-0607

VERTICALLINFORMATICA.COM.BR | VERTICALLSTORE.COM.BR